

O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil

The National Museum and its role in the history of science and health in Brazil

El Museo Nacional y su papel en la historia de las ciencias y la salud en Brasil

Dominichi Miranda de Sá ¹
Magali Romero Sá ¹
Nisia Trindade Lima ¹

doi: 10.1590/0102-311X00192818

“As histórias não são contadas uma vez por todas, para toda a eternidade, mas surgem sempre em função de determinados problemas de orientação temporal, de determinadas épocas e determinados homens” ¹ (p. 129).

¹ Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

Introdução

No domingo, 2 de setembro de 2018, o país foi surpreendido pela notícia de que o Museu Nacional, situado na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, estava em chamas. As primeiras imagens foram chocantes; tratava-se de um incêndio de enormes proporções. As notícias eram dilacerantes para profissionais e estudantes da instituição, que celebrava seus dois séculos de existência no mesmo ano do desastre: o acervo de 20 milhões de peças, de valor inestimável para diferentes áreas científicas, como arqueologia, biologia, paleontologia, antropologia física e cultural, etnologia, história e botânica, estava quase inteiramente destruído. O Museu abrigava biblioteca e coleções biológicas e documentais; afrescos; fósseis; artefatos de diferentes sociedades pré-colombianas, ameríndias, indígenas, africanas, egípcias e etruscas. Do seu acervo, constavam o crânio de Luzia, o fóssil humano mais antigo das Américas; o meteorito de Bendegó, descoberto no século XVIII, e muitas outras peças que encantaram gerações de visitantes. O próprio prédio histórico, o Palácio de São Cristóvão, um dos maiores patrimônios culturais do país, ficou em ruínas e mal deteve a sua fachada.

O incêndio no Museu Nacional, instituição de pesquisa, ensino e memória subordinada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abriu enorme debate na opinião pública. Em conjuntura de gravíssima crise política, institucional e econômica no país, o evento suscitou discussões sobre carência orçamentária e de infraestrutura nas universidades públicas, ausência de políticas de cultura e CT&I no Brasil, modalidades de captação e gestão de recursos na esfera pública, privatização de museus e reforma do Estado. O desastre levou à extinção do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e à criação da Agência Brasileira de Museus (Abram) em clara reorientação da política federal para as instituições de memória e cultura. Um dos pontos cruciais do debate público era a pergunta: como entes federativos e sociedade brasileira permitiram que parte importante da simbologia e materialidade da história nacional fosse completamente destruída?

Quais memória e história institucionais são possíveis depois do trauma? O historiador da ciência David Knight ² chamou a atenção de que é impossível colocar questões ao passado sem fontes ao

Correspondência

D. M. Sá
Centro de Documentação e História da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz.
Av. Brasil 4365, CDHS, sala 226, Rio de Janeiro, RJ 21040-900, Brasil.
dominichi.de.sa@gmail.com



discutir a enorme diferenciação de documentos que concorrem para a construção de uma história. Como o acervo de coleções biológicas e documentais do Museu Nacional foi destruído, não será mais possível a história de sua importância para a comunidade científica nacional? O Museu Nacional desaparecerá definitivamente e será esquecido? Esse artigo visa refletir sobre essas perguntas, sem negar, no entanto, as perdas irreparáveis do acervo do Museu mais antigo e popular do Brasil.

Um museu de muitos tempos

Foram inúmeras as manifestações de solidariedade e pesar, nacionais e internacionais, de homens públicos e institucionais, pelo incêndio. Apesar das origens variadas das notas divulgadas pela imprensa, nelas, o Museu pareceu restringido à memória das famílias real portuguesa e imperial que residiram no Palácio de São Cristóvão. O Museu e o acervo, que o casario em São Cristóvão abrigou, tiveram, no entanto, uma trajetória que não é a mesma do Palácio nem é exclusiva da Monarquia ou do Império. Sua história, ao contrário, é a da própria formação do Brasil como nação independente e soberana. E, como veremos, essa história é ainda indissociável da própria história da pesquisa científica no país. Se o prédio, construído originalmente em 1803 como casarão residencial, foi adaptado em 1808 para receber a família real portuguesa e figurou, nas décadas seguintes, como residência da família imperial, o Museu e o acervo tiveram sua origem na antiga Casa de História Natural, mais conhecida como Casa dos Pássaros, criada em 1784 e que abrigava produtos de mineralogia, artefatos indígenas e aves empalhadas. A Casa foi transformada em Museu Real em 1818, constituindo a primeira instituição científica fundada pela corte portuguesa na capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A criação da instituição, que ficaria sediada no Campo de Santana no Rio de Janeiro até 1892, coincidia com movimento intenso de naturalistas estrangeiros em direção ao Reino do Brasil e com a valorização de estudos práticos de história natural para o conhecimento das riquezas da América Portuguesa^{3,4,5}. As coleções de pesquisa e de exposição do Museu começaram a se formar logo após o Decreto Real de 1818, e, desde então, não pararam de crescer, inclusive porque, já em 1820, a instituição passou a apoiar viagens de exploração científica por diversas partes do Reino.

Com a Independência do Brasil do Reino de Portugal, em 1822, a denominação do Museu foi alterada para Imperial e Nacional. Nessa mesma ocasião, o então Secretário do Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros do Império de Pedro I, o mineralogista José Bonifácio de Andrada e Silva, aproveitando o fato de grande número de naturalistas estrangeiros estarem chegando ao país, propôs que esses viajantes enviassem objetos de história natural ao Museu, e, em troca, oferecia facilidades e proteção em suas expedições. O Museu criou ainda, em 1824, um laboratório químico que fazia pesquisas médicas e mineralógicas, e suas dependências serviram aos alunos das escolas superiores de engenharia e medicina da Corte e do Colégio Pedro II⁶.

Um precioso acervo mineralógico, etnográfico, zoológico e botânico foi gradualmente sendo formado a partir de 1822. Pesquisadores estrangeiros começaram a colaborar diretamente com a instituição, pois a indicação governamental era a de que o Museu fosse “universal”, ou seja, ele deveria possuir coleções com objetos que representassem o mundo inteiro. Intercâmbios internacionais trouxeram ao acervo peças etnográficas e arqueológicas, produtos mineralógicos e coleções ornitológicas, instrumentos de física e química, pinturas e modelos de máquinas industriais de diferentes países^{3,4,5}.

Inicialmente, o Museu contava apenas com um diretor e um ajudante para tratamento de todo o material científico que recebia. Em 1842, um novo regulamento reorganizou a instituição em seções de Anatomia Comparada e Zoologia; Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas⁷. Essa reorganização contribuiu para o aumento de estudos de diferentes especialidades, já que, para cada uma delas, havia um naturalista responsável. Em 1856, o Museu passou a realizar conferências públicas sobre antropologia, agricultura, botânica, física e zoologia. Entre 1856 e 1858, o Museu sofreu reformas, passou a contar com novas salas de visitação abertas ao público às quintas-feiras e recebeu a doação de uma coleção de 2 mil peças de animais marinhos⁵.

Foi ainda nesse período que ocorreu a primeira expedição científica brasileira, a Comissão Científica de Exploração (1859-1861), organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e

composta por naturalistas do Museu Nacional para a ampliação das coleções nacionais de história natural em botânica, geologia, mineralogia, zoologia, astronomia, etnografia e geografia. A Comissão percorreu as províncias do Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. O acervo do Museu se diversificou enormemente com os trabalhos de coleta e sistematização dessa Comissão ⁴.

Em 1863, a instituição inaugurou sua biblioteca. Na década de 1870, ocorreu uma nova reorganização sob a direção do botânico Ladislau Netto, com maior ênfase em atividades de divulgação científica e pesquisa médica. Nesse período, em 1876, também foi criado um periódico científico para divulgar os trabalhos produzidos pelos pesquisadores da casa, os *Archivos do Museu Nacional*. Houve ainda a criação do cargo de naturalista viajante que incorporou à instituição cientistas estrangeiros que moravam no Brasil. A produção científica e o conhecimento da biodiversidade do país foram expandidos. Grupos ainda não estudados passaram a ser trabalhados em relação à taxonomia, à biologia, aos aspectos evolutivos e à teoria de seleção natural.

Em 1880, um Laboratório de Fisiologia Experimental foi inaugurado no Museu com agenda de estudos sobre veneno de animais, propriedades tóxicas e terapêuticas de plantas, doenças de animais e seres humanos, como beribéri, tuberculose e febre amarela, e fisiologia do cérebro por meio do estudo de primatas. O laboratório era frequentado por profissionais e estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, em fins da década de 1880, priorizava estudos em bacteriologia e de doenças animais ⁸.

Nesses mesmos anos, novas áreas foram desenvolvidas na instituição, como paleontologia, antropologia, etnologia e anatomia comparada. Além das conferências e palestras, cursos públicos passaram a ser oferecidos, com uso de material didático variado, murais e projetor de imagens ⁹. Uma Exposição Antropológica foi inaugurada em 1882, tendo sido celebrada como verdadeira “festa científica popular” ¹⁰.

Com a Proclamação da República, em 1889, o Museu passou a se chamar Nacional e, então, em 1892, finalmente, sua sede e acervo foram transferidos para a Quinta da Boa Vista, e, a esse último, se somaram as peças que as famílias real e imperial tinham reunido no Palácio de São Cristóvão. Em 1899, regulamentou-se o funcionamento de um Horto Botânico, e, na virada do século, as exposições foram franqueadas à visitação às quintas, sábados e domingos. Na primeira década do século XX, o Museu passou a contar com três novos laboratórios: química vegetal, entomologia agrícola e fitopatologia, e ampliou a visitação pública: estava aberto diariamente, exceto às segundas, das 8h às 17h.

A despeito da diversificação dos setores de ensino e pesquisa na instituição, a formação de coleções, no entanto, enfrentava sérios limites à época, pois o cargo de naturalista viajante havia sido extinto com a República. O então diretor do Museu, João Batista de Lacerda, chamava constantemente a atenção do poder público para a importância das atividades de campo, que incluíam o estudo e a coleta de material científico, e constituíam as atividades prioritárias em uma instituição de história natural. Lacerda inseria seus argumentos de engrandecimento do Museu no projeto de construção da nação, assinalando que “*se queremos tornar indiscutível a hegemonia do Brasil na América do Sul, devemos encarar essa política também do ponto de vista de superioridade dos nossos recursos intelectuais, e dos nossos institutos de ensino e de ciência*” ¹¹ (p. 34).

Em 1907, o Museu Nacional foi, então, convidado a participar da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, mais conhecida como Comissão Rondon, com o objetivo de inventariar e estudar a fauna e a flora da região percorrida, assim como o de ser o fiel depositário de todo o material de história natural, arqueologia e etnografia coletado. A incorporação de naturalistas do Museu à Comissão significou a revitalização da instituição, por meio do enriquecimento substancial de seu acervo por meio de coleções obtidas em regiões não visitadas por pesquisadores brasileiros, ou mesmo completamente inexploradas ¹². Nas palavras de Alípio de Miranda Ribeiro, zoólogo e um dos membros da comissão, as coleções reunidas fizeram mais pelo Museu Nacional do que tudo que tinha sido realizado em 100 anos de existência da instituição ¹³.

Os trabalhos de campo duraram de 1907 a 1915, e, além de Miranda Ribeiro, ainda participaram da Comissão os botânicos Alberto Sampaio e Frederico Hoehne, assim como o antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Entre os anos de 1908 e 1916, foram depositados no Museu, oriundos das viagens da Comissão Rondon, 8.837 espécimes botânicos, 5.637 espécimes zoológicos, 42 exemplares geológicos, mineralógicos e paleontológicos e 3.380 peças antropológicas ^{13,14}. Além da relevância das coleções zoológicas e botânicas reunidas, ressalte-se o impacto que elas tiveram para o conhecimento da

fauna, da flora e da fito e zoogeografia das regiões percorridas, como, por exemplo, as especificidades do cerrado mato-grossense e sua diferenciação das caatingas no Nordeste ¹².

O antropólogo Roquette-Pinto foi diretor do Museu Nacional de 1926 a 1935, e, na sua gestão, a instituição assumiu forte caráter educativo. Uma filмотeca foi criada em 1910, e novas exposições foram inauguradas em 1914, com a intenção de aumentar a visitação pública ao Museu Nacional. Para orientar e facilitar as visitas, a instituição preparou o Guia das Coleções de Antropologia do Museu Nacional: um pequeno manual com os fundamentos gerais da antropologia, e que utilizava os objetos em exposição no Museu como ilustrações às explicações. A partir do seu exemplo, seguiram-se outros guias como o de Arqueologia e o de Geologia do Brasil ^{15,16}.

Sob a sua direção e com a colaboração dos colegas Cândido de Mello Leitão, Heloísa Alberto Torres, Bertha Lutz e Alberto Betim Paes Leme, o Museu incentivava a criação de gabinetes de história natural nas escolas. A proposta era a de que as coleções científicas fossem criadas pelas próprias crianças, que coletariam, tratariam e desenhariam plantas e animais.

Roquette-Pinto fundou, em 1927, o Serviço de Assistência ao Ensino e inaugurou, em 1928, um auditório equipado para aulas de história natural, com projetor de slides e de filmes, onde ocorriam cursos e conferências. Com farta exibição de guias e pôsteres didáticos, que resumiam tópicos para sala de aula e filmes científicos, intentava-se fazer da instituição um museu escolar. Para Roquette-Pinto, o Museu deveria ser “a universidade do povo” ¹⁷.

O futuro do Museu Nacional

Em 1946, o Museu Nacional passou a ser uma das unidades da, então, recém-criada Universidade do Brasil, futura UFRJ. Nas décadas seguintes, novas seções e departamentos foram criados, e o Museu passou a abrigar vários centros de referência no mundo, como o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Era visitado, anualmente, por milhares de pessoas, especialmente das periferias da cidade, pela facilidade do acesso por trem, ônibus e metrô. As condições de manutenção das exposições e do prédio histórico, no entanto, eram dramáticas, e o incêndio ocorreu.

Como vimos, o Museu teve uma história de dinamização frequente de suas áreas de pesquisa e demais atividades, como o ensino e a visitação pública. Sua marca histórica, como instituição científica de excelência, portanto, não foi suprimida com as chamas. A memória institucional pode mesmo ser preservada graças às análises históricas já disponíveis, e que, em parte, referenciam esse texto, para compreender tanto a importância de suas agendas de pesquisa e recursos humanos quanto o valor de seu acervo para diferentes áreas do conhecimento científico. Por ter se orientado preferencialmente por essas linhas epistemológicas, a história das ciências e da saúde, em particular, tem a possibilidade de evitar a morte completa da memória do Museu Nacional com a ampla divulgação da sua produção científica sobre a instituição. Além disso, a advertência de João Batista de Lacerda aos poderes públicos no século XIX, sobre a missão institucional desde os primeiros anos de sua existência, ainda tem incrível atualidade e merece ser repetida: um projeto nacional tem toda a relação com a priorização de suas instituições de pesquisa e ensino.

Como ensina o historiador alemão Jörn Rüsen ¹, memória e história são constantes antropológicas, ou seja, consciências constitutivas do agir humano para orientação temporal e atribuição de sentidos, especialmente em momentos de crise. Por sua capacidade de estabelecer conexões entre diferentes estratos temporais, à história, especialmente, cabe a defesa constante da utopia. O futuro aqui reivindicado do Museu Nacional é possível a partir da divulgação de seus inestimáveis trabalhos no passado que durou 200 anos. Novas memória e história institucionais não evitarão o trauma nem mitigarão as perdas, o Museu, de fato, é irrecuperável, mas podem servir como vias de resistência a projetos que queiram, no seu lugar, criar centros culturais em nada reverentes à trajetória da Casa dos Pássaros onde tudo começou.

Colaboradores

D. M. Sá contribuiu com a formulação do argumento, redação do texto e revisão final do artigo. M. R. Sá e N. T. Lima contribuíram com a formulação do argumento e redação do texto.

Referências

1. Rösen J. Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB; 2001.
2. Knight D. Background and foreground: getting things in context. *Br J Hist Sci* 1987; 20:3-12.
3. Figueirôa SFM. As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Editora Hucitec; 1997.
4. Lopes MM. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec; 1997.
5. Museu Real. Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930). <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/musnac.pdf> (acessado em 30/Set/2018).
6. Lacerda JB. Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; 1905.
7. Netto L. Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro: acompanhadas de uma breve notícia de suas colleções e publicadas por ordem do Ministerio da Agricultura. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico; 1870.
8. Gomes ACV. Uma ciência moderna e imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba/Belo Horizonte: Fino Traço Editora; 2013.
9. Sá MR, Domingues HMB. O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil no século XIX. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência* 1996; (15):79-88.
10. Leitão CM. A biologia no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1937. (Brasília, Série 5a, volume 99).
11. Bicalho ML. A personalidade de João Batista de Lacerda. In: Museu Nacional, editor. João Batista de Lacerda: comemoração do centenário de nascimento, 1846-1946. Rio de Janeiro: Museu Nacional; 1946. p. 14-40.
12. Sá DM, Sá MR, Lima NT. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *Hist Ciênc Saúde-Manguinhos* 2008; 15:779-810.
13. Ribeiro AM. A Comissão Rondon e o Museu Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; 1945.
14. Mello-Leitão C. História das expedições científicas no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1941.
15. Lima NT, Sá DM, organizadoras. Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.
16. Duarte RH. A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945). Belo Horizonte: Editora UFMG; 2010.
17. Roquette-Pinto E. Notas e opiniões. *Jornal do Brasil* 1953; 7 fev.

Recebido em 04/Out/2018
Aprovado em 05/Out/2018